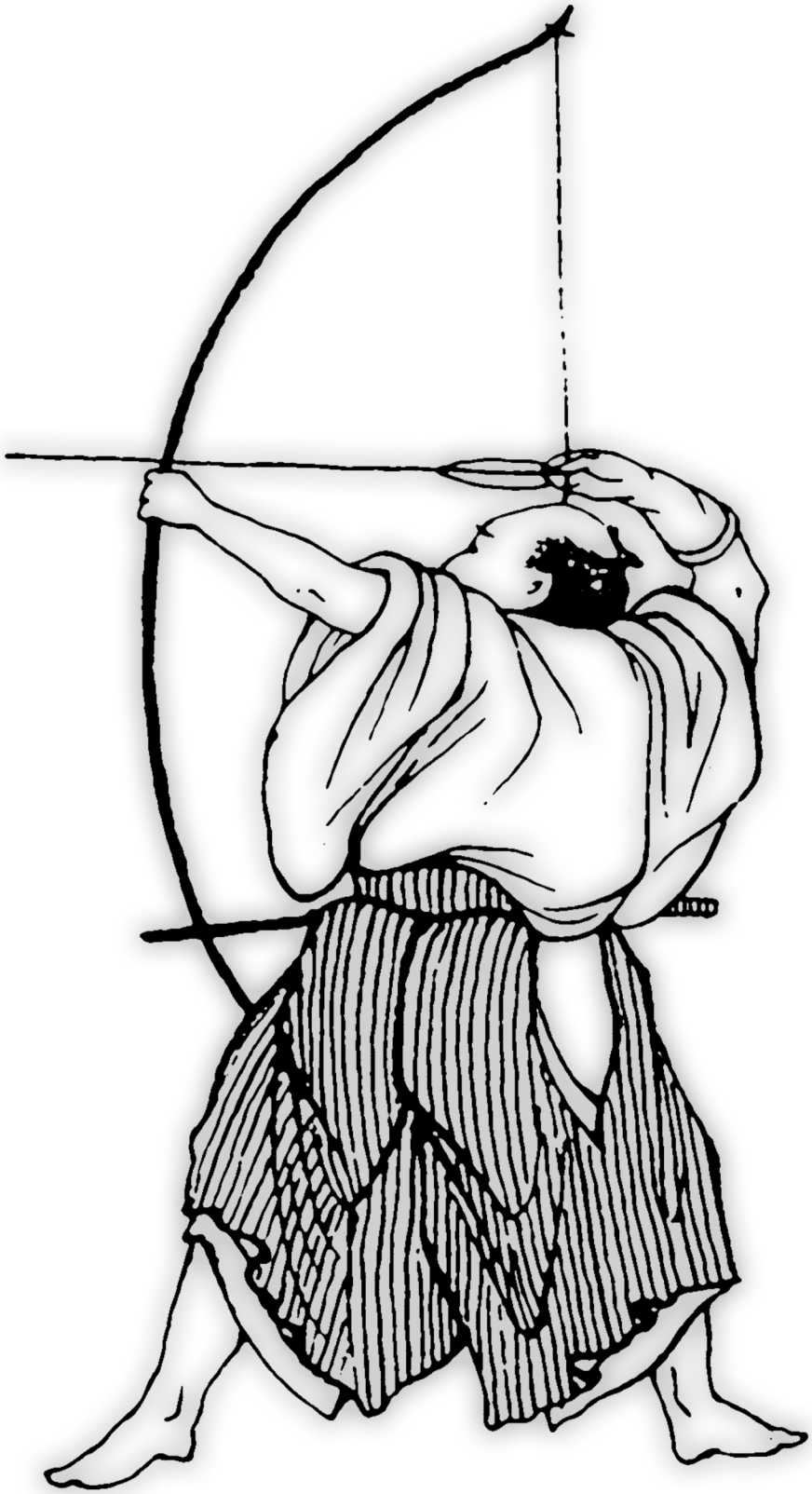
BOLETIM EVOLIANO

UMA ÚNICA COISA DEVE IMPORTAR AO HOMEM: PERMANECER DE PÉ ENTRE AS RUÍNAS.

#08

SET. - DEZ. '09



O simbolismo do Arco

Também neste número:

A navegação como símbolo heróico * A Revolta contra o Mundo Moderno e o Mistério do Graal * Os Kamikaze * Como construir um espírito de equipa

Editorial

Escrevemos a dada altura que teríamos que matar a esperança!... Recordamo-nos que esta afirmação foi recebida por alguns com estranheza se não mesmo repugnância: "matar a esperança?!, isso é a ultima coisa a morrer."

Esta nossa frase surgiu após termos estado a reler alguns textos de filosofia estóica que nos reportavam para o mal da esperança (adiada), o acreditar que num amanhã qualquer as coisas se resolvem a nosso favor. Nada de mal existe neste pensamento mas sim na sua (preguiçosa) deturpação, o pensarmos num futuro melhor só porque achamos que o merecemos, "somos" bonzinhos, e a Divindade estará Lá para nos ajudar.

Virgílio escreve na Eneida: *Audaces Fortuna Juvat* (A sorte protege os audazes).

Ora aqui está uma máxima para reflectir. Se formos audazes a sorte (Fortuna) estará do nosso lado. As nossas acções e atitude influenciam assim a tal esperança que devemos ter ou não. Fazer-se o que deve ser feito sem nos preocuparmos demasiado com o futuro. Cunhar a nossa parte no destino (Fatum), serenos mas audazes e se necessário heróicos. E se queremos ter alguma esperança: detectado o mal, este terá que ser rápida e convenientemente estripado, porque ao contrário do Bem, contagia-se muito mais depressa, e quem o diz não somos nós mas a natureza humana e a sua história, a nossa História. A Verdade e a Justiça têm muitos obstáculos e só podemos ter "esperança" nelas, se as nossas atitudes, hoje, de Homens de Honra forem conformes.

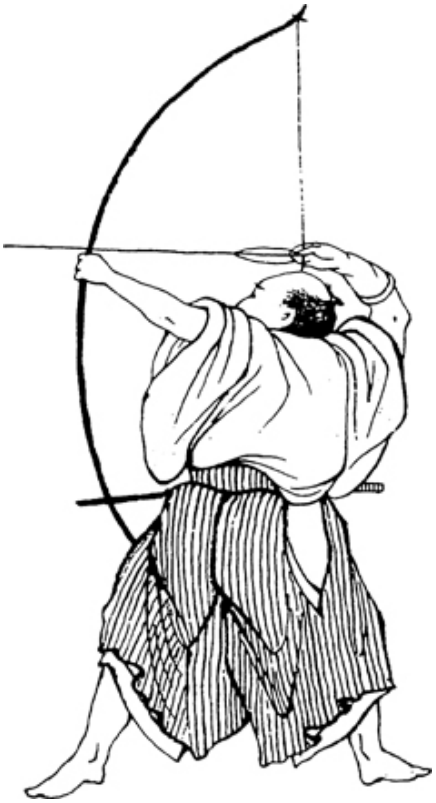
Há quem veja na guerra, na tomada de armas, na acção violenta, um mal absoluto. Diremos que a guerra em si não é boa mas também não se trata, para nós, de saber se é boa ou má, mas se é justa ou injusta. Claro que para nós a Honra e a Justiça são valores superiores e por isso a paz podre é uma desonra e uma injustiça, e continuar a viver assim é alimentar uma falsa esperança.

Viver como se cada dia fosse o último (outra máxima estóica), não é sair por aí aos tiros à corja que nos desgoverna e aos restantes párias que a justificam, muito embora vontade e "Legitimação" para tal não nos faltasse. Viver como se deve viver é também não darmos passos maiores que as nossas pernas porque o trambolhão consequente poderia na prática não servir para nada, e pior, seria com toda a certeza usado em desfavor da "nossa gente" sempre muito "pronta" a marchar, já, sobre uma qualquer capital!

Estávamos a ver o filme de uma conferência dada em Barcelona sobre Evola, há alguns meses atrás, pelo nosso amigo Eduard Alcántara e para nossa satisfação fomos ali por ele mencionados. Eduard, respondendo à pergunta se conhecia algum movimento ou grupo na Europa que fosse tradicionalista e estivesse ligado a Julius Evola, respondeu que o único, de seu conhecimento, assumidamente evoliano e com o qual, ele próprio, tem colaborado, é a Legião Vertical! "Grupúsculo" português que tem vindo a realizar um bom trabalho. Mas claro, reafirma ele, são muito poucos (...) mas se fossem muitos não seria Tradicional. Os movimentos de massas não são Tradição.

Obrigado Eduard.

Caros amigos e leitores, encontramos a nossa velocidade de cruzeiro e este ritmo traz-nos algumas vantagens práticas que nos têm servido e delas não queremos, nem podemos, abdicar. Pois enquanto continuarmos o pequeno *grupúsculo* que somos apenas podemos navegar ao longo da costa e agradecer a ajuda desinteressada que encontramos em alguns "portos". Um especial obrigado para o Marcos Rogério (Brasil) e para o nosso F. Santos.



ÍNDICE

Editorial 2

Os Kamikaze 3

A navegação como símbolo heróico 5

A "Revolta contra o Mundo Moderno" e o "Mistério do Graal" 7

O simbolismo do Arco 12

Como construir um espírito de equipa? 18

FICHA TÉCNICA

Número 8

3º quadrimestre 2009

Publicação quadrimestral

Internet:
www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contactos:
boletimevoliano@gmail.com
legiaovertical@gmail.com

Análise

Os kamikaze



Julius Evola*

Já muitos saberão o que são os *kamikaze*. Foi este o nome dado aos aviadores japoneses que na última grande guerra se lançavam, juntamente com uma carga de explosivos que acompanhava o seu avião, contra os barcos dos inimigos para assim os fazerem explodir. Muito se falou destes "voluntários da morte", umas vezes com admiração, outras com horror. Mas nem sempre se percebeu o sentido completo desta iniciativa, na verdade sem precedentes na nossa história, já que este é o primeiro caso de uma táctica sistematicamente estudada e organizada que implica a morte certa dos combatentes, aplicada não em casos esporádicos, no âmbito de formas de exaltação individual, mas sim durante um longo período e com um corpo especial treinado de forma adequada.

Sobre os *kamikaze* foi publicado um livro em francês escrito por dois oficiais japoneses que fizeram parte de tal corpo (R. Inoguchi e T. Nakajima, *Alerte kamikaze!*, Paris, Ed. France-Empire). É um livro escrito num áspero estilo militar que faz referência essencialmente à organização e às distintas operações realizadas. Apesar disso, é também transmitido parte do espírito que caracterizou o *kamikaze*. Dito corpo foi criado pelo almirante Onishi quando, perante a avassaladora superioridade dos meios do inimigo, parecia não haver outra esperança na vitória que não fosse um milagre, apenas realizável através de um caminho de excepção. *Kamikaze* quer dizer "vento" e "tempestade dos Deuses". Com isto fazia-se referência a um episódio da história do Japão. Em 1281, numa situação igualmente desesperada, um furacão, que se pensou ter sido desencadeado pelos deuses, salvou o Japão ao afundar em poucos minutos uma poderosíssima frota inimiga. Deste modo, os *kamikaze* concebiam-se a si próprios quase como a encarnação da mesma força divina que tinha então salvo a nação. Na altura da constituição do corpo foram estas as palavras pronunciadas pelo almirante Onishi: "Dirijo-me a vós em nome dos cem milhões de japoneses para solicitar o vosso sacrifício, invocando a vitória. Vós já sois deuses e os deuses esquecem todos os desejos humanos. Se por acaso ainda vos resta algum, que seja aquele de saber que o sacrifício não foi em vão". Tais palavras encontraram um solo preparado no estado de ânimo de exasperação nascido nas massas de combatentes que, ainda que constatando a impossibilidade de fazer frente ao inimigo com os seus próprios meios, não queriam no entanto de modo nenhum vergar-se perante um destino infausto. Deste modo, a determinação de vencer a qualquer custo, testemunhada num primeiro momento por exemplos isolados, com a precipitação dos acontecimentos e com a criação daquele corpo especial, acabou por "crescer como uma torrente destrutora". Estima-se que desde 24 de Outubro de 1944, data da criação do corpo de *kamikaze*, até 15 de Agosto de 1945, data da capitulação do Japão, 2.530 pilotos se lançaram em ataques suicidas contra os porta-aviões, os couraçados e os transportes norte-americanos. No momento em que, apesar de tudo, o Japão depôs as armas, o almirante Onishi matou-se, alcançando assim os seus homens na morte. Pouco antes escreveu esta breve estrofe lírica: "Depois da tempestade, a lua apareceu, radiante."

Isto leva-nos a analisar o elemento interior, ético e espiritual, do espírito *kamikaze*. Por um lado, o apelo de Onishi encontrou uma super-abundância de voluntários. O livro aqui mencionado refere que os seleccionados consideravam tal facto com uma grande honra pela

qual agradeciam, e que por vezes chegou mesmo a haver protestos e acusações de "corrupção" quando tal privilégio não era concedido. Depois, deve-se sublinhar que não se tratava de um gesto ditado por um momento de exaltação e de delírio heróico. Podia acontecer que os *kamikaze* tivessem que esperar meses inteiros até serem enviados em missão. E neste período passavam o tempo realizando as suas ocupações normais, participando inclusivamente em jogos e diversões, quase como se não tivessem perante si a perspectiva de partir para uma morte certa e quase como se aqueles não fossem os seus últimos dias de vida. O seu misticismo guerreiro era acompanhado por uma fria e lúcida determinação, já que, tal como mencionado, tinham que treinar-se a fundo nas técnicas precisas de um ataque que para ter eficácia exigia até ao final um absoluto autodomínio.



Jovens estudantes liceais despedem-se, acenando flores de cerejeira, de um piloto *kamikaze*

Para entender tudo isto temos que nos remeter a factores ético-espirituais e a uma concepção da vida sumamente diferente da que impera no Ocidente moderno. Em primeiro lugar existia a ideia de que "ao tornar-se soldado já se tinha dado a vida pelo Imperador" e que "se os nossos pensassem não ter feito tudo para vencer, matar-se-iam do mesmo modo, mas nem assim livrar-se-iam das suas culpas". Havia, depois, uma ética mais geral derivada da sabedoria de Confúcio, a qual, do mesmo modo que a ética estóica, exorta a viver como se cada dia fosse o último. E a esta ética que, se é vivida, não pode deixar de propiciar um natural e calmo desapego, juntava-se aquilo que vinha de uma concepção tradicional que não vê no nascimento o princípio da existência humana e na morte o final inevitável do ser. Daqui decorre a característica de um heroísmo que não é obscuro, trágico e desesperado, mas que se encontra rectificado pela certeza de uma vida superior. Por isso os *kamikaze* eram considerados como "deuses viventes". Por este motivo para os seus aparelhos não foram escolhidos símbolos de morte, caveiras, a cor negra ou outra, tal como sucede pelo contrário com outros casos, mas sim símbolos de imortalidade. *Ohka* foi o nome dado ao pequeno tipo de avião de um só lugar que, carregado com duas toneladas de explosivos, era largado por um bombardeiro e que por meio de aceleradores de propulsão se precipitava a uma velocidade elevadíssima sobre o alvo, com uma autonomia de 20 km. Mas *ohka* quer dizer "flor de cerejeira", flor que no Extremo Oriente é um também um luminoso símbolo de imortalidade.

Mas esta imortalidade, segundo a concepção japonesa, não é de carácter puramente transcendente; é a de forças que ainda que no mais além podem suster e alimentar a grandeza e o poderio do Império. Por isso o almirante Onishi pôde também dizer: "O nascimento do espírito *kamikaze* assegura-nos a perenidade do Japão ainda que não haja senão uma probabilidade ínfima de vencer". E no fundo, esta aparece com a extrema justificação do sacrifício daqueles que pensavam "levantar com a pureza da sua juventude o Vento dos Deuses". A aparição dos *kamikaze* aterrorizou certamente as forças norte-americanas. Existem descrições do paroxismo e do pânico que a sua simples aparição produzia nas embarcações ianques. Eram lançados contra eles todo o tipo de elementos bélicos e acontecia muitas vezes que o avião, ainda que atingido, se arrastasse com um rastro de chamas e fumo contra o alvo. Mas os resultados tácticos e estratégicos esperados não foram obtidos. As coisas tinham já chegado a tal ponto que faltavam aparelhos, que não era sequer possível providenciar a escolta necessária para impedir que os *kamikaze* fossem abatidos muito antes de poder aproximar-se das *task forces* norte-americanas ou de outros alvos. Todas as destruições operadas não puderam de modo nenhum impedir a derrota.

E esta é uma experiência deprimente. Deprimente porque poderia valer não apenas para aquele caso. Os tempos parecem ser tais que mesmo a extrema tensão heróica de espíritos que já de forma antecipada rescindiram o vínculo humano pode ser vã perante o esmagador poder da matéria organizada.

---

* Publicado em *Roma*, 11/12/1957.

Símbolos e Mitos da Tradição

A navegação como símbolo heróico

Julius Evola*

Se há algo que caracteriza as novas gerações é a superação de todo o romantismo e o retorno ao elemento épico. As grandes palavras, as complicações pseudo-psicológicas e intelectuais interessam muito menos que as acções. E o ponto-chave é este: ao contrário daquilo que é próprio do fanatismo e dos desvios "desportivos" dos povos anglo-saxónicos, as nossas novas gerações tendem a superar o lado puramente material da acção, tendem a integrar e clarificar este aspecto através de um elemento espiritual, retornando, mais ou menos conscientemente, àquele agir que é libertação e tomada de contacto real, e não meramente estético e sentimental, com os grandes poderes das coisas e dos elementos.

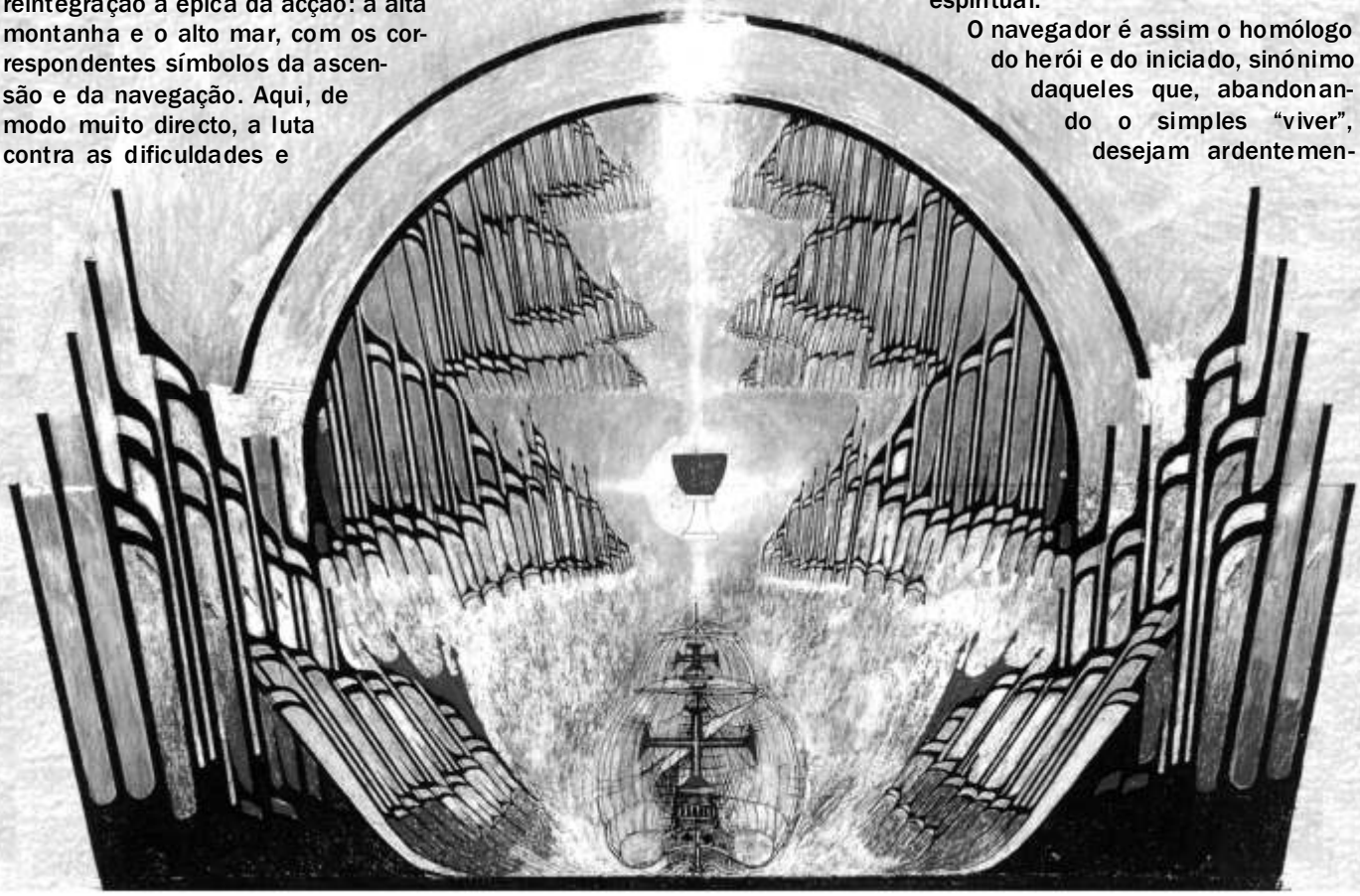
Actualmente, existem ambientes naturais especialmente propícios a esta possibilidade de libertação e de reintegração à épica da acção: a alta montanha e o alto mar, com os correspondentes símbolos da ascensão e da navegação. Aqui, de modo muito directo, a luta contra as dificuldades e os perigos materiais torna-se simultaneamente o meio para completar um processo de superação interna e para levar a cabo uma luta contra os elementos que pertencem à natureza inferior do homem e que devem ser dominados e transfigurados.

Algumas gerações de superstição positivista e materialista fizeram com que muitas belas e profundas tradições da antiguidade fossem enterradas no esquecimento, ou que se tornassem apenas em objectos de curiosidade erudita, ignorando e fazendo ignorar o significado superior que elas poderiam assumir e que pode ser sempre redescoberto e revivido.

Isto, por exemplo, é válido para o antigo simbolismo da navegação, um dos mais difundidos em todas as civilizações pré-modernas, que podemos encontrar com carácter de estranha uniformidade, o que faz pensar quão universais e profundas deveriam ser certas experiências espirituais face às grandes forças dos elementos. Pensamos não ser inútil dedicar-lhe alguns comentários.

A navegação – e em particular o atravessar águas tempestuosas – foi tradicionalmente elevado ao valor de símbolo, na medida em que a água, tanto do oceano quanto dos rios, representou sempre o elemento instável e contingente da vida terrena, da vida sujeita à decadência, ao nascimento e à morte. Além disso, e ainda mais especialmente, ela representa o elemento passional e irracional que altera a vida. Se a terra firme, sob um certo aspecto, vale como sinónimo de mediocridade, de existência tímida e mesquinha apoiada sobre certezas e apoios cuja estabilidade é completamente ilusória – o abandonar a terra firme, virar-se para a imensidão, afrontar intrepidamente a corrente ou o alto mar, "navegar" portanto, surge espontaneamente como o acto épico por excelência, não apenas no sentido imediato, mas também no sentido espiritual.

O navegador é assim o homólogo do herói e do iniciado, sinónimo daqueles que, abandonando o simples "viver", desejam ardentemen-



> *"Abandonar a terra firme, afrontar intrepidamente a corrente ou o alto mar, "navegar" portanto, surge espontaneamente como o acto épico por excelência, não apenas no sentido imediato, mas também no sentido espiritual. O navegador é assim o homólogo do herói e do iniciado."*

te um "mais que viver", um estado superior à caducidade e à paixão.

Assim impõe-se o conceito de uma outra terra firme, a verdadeira, aquela que se identifica com o objectivo do navegador, com a conquista própria do épico do mar: e a "outra margem" é a terra até então desconhecida, inexplorada, inacessível, apresentada pelas antigas mitologias e tradições com os símbolos mais variados, entre os quais o mais frequente é a ilha, imagem da firmeza interior, da calma e do domínio daquele que alegre e vitoriosamente "navegou" sobre as ondas ou as correntes impetuosas sem se tornar vítima.

Atravessar um rio a nado ou ao comando de um barco era a fase simbólica fundamental na chamada "iniciação real" que se celebrava em Elêusis. Jano, antiga divindade da Romanidade, deus dos começos e portanto também, por excelência, da iniciação enquanto "vida nova", era também deus da navegação, tendo entre os seus atributos característicos o barco. O barco de Jano bem como as suas duas chaves passaram em seguida à tradição católica como barco de S. Pedro e no simbolismo das funções pontificais. Pode-se também assinalar que o próprio termo *pontifex*, na antiga etimologia romana, significava "fazedor de pontes"; que *pons* tinha arcaicamente também o significado de via e que o mar era concebido como via, sendo o *Ponto*[1] assim chamado por essa razão. Vemos assim como, por vias ocultas, quer em palavras quer em sinais, hoje já quase incompreensíveis, foram transmitidos elementos do antigo conceito da navegação como símbolo.

No mito caldeu do herói Gilgamesh encontramos uma réplica exacta do mito do Héracles dórico que colhe o fruto da imortalidade no jardim das Hespérides tendo atravessado o mar, sob a orientação do Titã Atlas. Também Gilgamesh enfrenta a via do mar, navegando para ocidente, ou seja, na via atlântica, em direcção a uma terra ou ilha, onde procura a "árvore da vida", enquanto que o oceano é comparado significativamente às "águas obscuras da morte". E se nos movermos em direcção ao Oriente e ao Extremo Oriente, encontraremos ecos de iguais experiências espirituais ligadas aos símbolos heróicos e épicos do navegar, do atravessar, do velejar.

Tal como o asceta budista foi muitas vezes comparado ao que confronta, atravessa e vence a corrente, àquele que navega glorioso contra a corrente, porque as águas representam tudo aquilo que procede da sede animal de vida e de prazer, dos vínculos do egoísmo e do apego dos homens – assim, no mesmo Extremo Oriente encontra-se o tema helénico da "travessia" e da abordagem às "ilhas", nas quais a vida não está sujeita à morte: como Avalon ou o Mag Mell atlântico das lendas irlandesas ou celtas.

Desde o Egipto antigo até ao México pré-colombiano, directa ou indirectamente, encontramos elementos semelhantes. E encontramo-los também nas lendas nórdico-arianas. A própria empresa do herói Siegfried na ilha de Brunhild compreende essencialmente o simbolismo da navegação, da travessia do mar: Sigfried, segundo o Nibelunglied, é aquele que diz: "As verdadeiras vias do mar são-me conhecidas. Posso conduzir-vos sobre as ondas".

Podemos demonstrar que a própria empresa de Cristóvão Colombo teve mais relações do que aquilo que comummente se pensa com as obscuras ideias acerca de uma nova terra, onde, segundo algumas lendas medievais, se encontravam "profetas jamais mortos", num "Eliseu transatlântico", bastante conforme ao nosso simbolismo. Além disso, poderíamos demonstrar porque é que o conceito do talassocrata, o "senhor dos mares" ou das "águas", esteve muitas vezes ligado ao conceito antigo do legislador no sentido mais elevado (por exemplo, no mito pelágico de Minos); poderíamos desenvolver a ideia contida nas representações do "homem que está sobre as águas" ou a "caminhar sobre a água" (de Narayana a Moisés, de Rómulo a Cristo), mas tudo isso nos levaria muito longe e, talvez, lhe possamos regressar noutra ocasião.

"Viver não é preciso. Navegar é uma necessidade", tais palavras vivem ainda hoje, plenamente sentidas, e oferecem das melhores desembocaduras à nova épica da acção – "Devemos voltar a amar os mares, a sentir a embriaguez pelo mar, por que *vivere non necesse sed, navigare necesse est*" declarou Mussolini. E nesta fórmula, tomada no seu aspecto mais elevado, não está implícito o eco daqueles antigos significados?

Não subsiste talvez a ideia da navegação como mais que vida, como atitude heróica, como encaminhamento em direcção a formas superiores de existência?

Que onde reine o grande e livre sopro do mar, onde se sente toda a força do que não tem limites, seja na sua calma poderosa e profunda ou na sua elementaridade terrível, que sobre os mares e sobre os oceanos novas gerações saibam dar "epicamente" à aventura física de navegar uma alma metafísica, capaz de conferir ao heroísmo e ao entusiasmo o valor de um meio de transfiguração e ressuscitar assim aquilo que se escondia nas antigas tradições da navegação como símbolo e do mar como via em direcção a algo não simplesmente humano – este parece um dos pontos mais elevados que podem orientar as forças de ressurreição em acção na nova Itália.

---

* Publicado em *Il Regime Fascista*, 26/04/1933.

1. Refere-se ao Mar Negro, chamado em latim *Pontus Euxinus* (NdT)

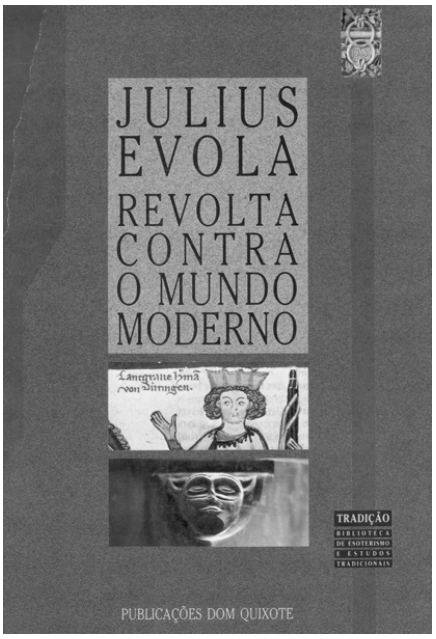
Doutrina

A "Revolta contra o Mundo Moderno" e o "Mistério do Graal"

Julius Evola*

Cronologicamente, logo após "Máscaras e Rostos do Espiritualismo Contemporâneo" temos o livro que é talvez a minha obra mais importante, "Revolta contra o Mundo Moderno", cuja primeira edição, de 1934, é da editora Hoepli, a segunda (de 1951) da Bocca e a terceira foi publicada em 1970 pela Ed. Méditerranée. Na verdade, enunciar o título não corresponde ao conteúdo, dado que se não trata de um escrito polémico (o aspecto polémico, a "revolta" é sobretudo implícita, é uma consequência evidente), mas sim de um estudo de morfologia das civilizações e de filosofia da história. O ponto de partida é a denúncia do carácter regressivo do mundo e da civilização modernos; mas a diferença essencial em relação aos autores de antanho e de hoje que expressaram ideias análogas, invocando de resto, em tal circunstância, uma reacção ou uma reconstrução, é um alargamento especial das perspectivas e, sobretudo, a indicação dos pontos de referência necessários para fazer compreender a verdadeira natureza do mundo moderno e todo o alcance da sua crise: pontos que, à excepção de Guénon, faltam nos autores mais ou menos em voga, que, nestes últimos tempos, abordaram o problema, já para não falar de uma certa e mais recente juventude "contestatária" inspirada em Herbert Marcuse.

Mencionei em primeiro lugar que tudo o que, passado o optimismo ingénuo da era do progresso, suscitou inúmeros alarmes e veleidades de reacção está relacionado com a simples fase terminal de um vasto processo involutivo cujas fases anteriores são completamente ignoradas pelos escritores a quem foi feita alusão, dado que estes frequentemente os consideram mesmo como algo de positivo, como "conquistas". Analogamente, "certas doenças ficam em



Capa da edição portuguesa de "Revolta contra o Mundo Moderno"

incubação durante muito tempo mas apenas se manifestam à consciência quando a sua obra subterrânea está praticamente concluída". Para identificar as fases particulares do processo e o seu desencadear, recorri não tanto a esquemas pessoais mas a ensinamentos tradicionais, oportunamente aprofundados ou aplicados: em primeiro lugar, a doutrina das quatro idades e a da regressão das castas.

Em segundo lugar, o ponto de referência que indiquei para colocar em relevo, por forma de uma oposição, a natureza do mundo moderno, foi o "mundo da Tradição", dando a este termo o sentido anteriormente explicado. Para além do quadro histórico, e passando a uma consideração morfológica, defini em consequência o "mundo moderno" e o "mundo tradicional" como "dois tipos gerais, duas categorias *a priori* da civilização": o mesmo valendo igualmente para o "homem moderno" e o "homem tradicional". Em contraste com a teoria de Spengler, o meu livro não afirmou um pluralismo (e ainda menos um relativismo) mas sim um dualismo de civilização. E às civilizações do segundo tipo, as civilizações tradicionais, reconheci um carácter de constância: existe uma homologia, uma correspondência essencial das suas ideias de base e das suas estruturas.

Assim, a primeira das duas partes do meu livro tem por objecto "uma doutrina das categorias do espírito tradicional". Nela indiquei "os princípios fundamentais segundo os quais se manifestava a vida do homem tradicional". À guisa de advertência escrevi: "Aqui, o termo "categoria" é tomado no sentido do princípio normativo *a priori*. Ou seja, as formas e os significados a indicar não devem ser considerados como realidades propriamente ditas mas como ideias que devem determinar e enformar a realidade, a vida, e cujo valor é independente da medida segundo a qual, num ou noutro caso, se pode constatar a sua realização, a qual, de resto, nunca poderá ser perfeita". Tratava-se, portanto, de remontar, a partir da matéria-prima fornecida pela história, a ideias de base dadas, manifestas ou implícitas nessa matéria, tendo um valor normativo e meta-histórico semelhante: as comparações que servem para aclarar ou para integrar uma referência por meio de uma outra referência, segundo um processo comparável àquele que, em matemática, permite passar do diferencial para o integral.

Na minha obra indico como fundamento do mundo da Tradição a doutrina das duas naturezas, a existência de uma ordem física e de uma ordem metafísica, da região superior do "ser" e da região inferior do devir e da história, de uma natureza imortal e de uma natureza perecível. E é essencial reconhecer-se que, para o homem da Tradição, nada disto era uma "teoria" mas sim uma evidência directa, existencial. Cada civilização tradicional caracterizou-se por um sistema destinado a reconduzir a segunda realidade à primeira, por um sistema no qual cada forma da vida era ordenada do

> *"À superstição moderna do evolucionismo opõe-se aqui a ideia tradicional de uma regressão, de uma involução em termos essencialmente de um afastamento crescente do supra-mundo, da destruição dos laços reais com a transcendência, da dominação progressiva daquilo que é apenas humano e, por fim, do que é material e físico."*

alto e para o alto, em graus diferentes de aproximação, de participação ou de realização efectiva.

Nas origens, em princípio o eixo de uma civilização tradicional foi sempre a "transcendência imanente", ou seja, a presença real da força não-humana ou do alto em seres superiores, revestindo-se dessa forma a autoridade suprema, autoridade de que as antigas realezas divinas foram uma expressão típica. Na sua acepção mais elevada, a iniciação foi a forma normal de passagem da primeira para a segunda natureza. As duas grandes vias da aproximação foram a contemplação e a acção heróica. Reconheceu-se na fidelidade e no rito as duas formas de participação. A lei tradicional serviu de grande apoio, pelo seu carácter objectivo e supra-individual. Como símbolo terrestre, tivemos o Estado ou o Império, imagens do supra-mundo no mundo e na história. Foram essas as bases essenciais das hierarquias e das civilizações tradicionais.

Na primeira parte do meu livro, por meio do método comparativo e integrativo de que falei, com uma quantidade de testemunhos recolhidos nos mais diversos textos tirados da antiguidade do Oriente e do Ocidente, essas ideias de base são definidas, pois elas são as "constantes" ou as "invariantes" do mundo da Tradição. Como articulações suplementares, é precisado de que forma é que o homem da Tradição concebeu a lei e o direito, os ritos, a guerra e a vitória, a propriedade, o espaço e o tempo, as artes e os jogos, as relações entre casta guerreira e casta sacerdotal, as relações entre os sexos, a raça, a ascese, o *post-mortem* e a imortalidade, e assim sucessivamente. Um conjunto variado e plural mas penetrado por um espírito único, com uma marca única.

A segunda parte do livro tem por título "Génese e visão do mundo moderno" e, tal como assinalei, ela contém uma interpretação da história numa base tradicional, partindo das origens, do mito e da proto-história. À superstição moderna do evolucionismo opõe-se aqui a ideia tradicional de uma regressão, de uma involução em termos essencialmente de um afastamento crescente do supra-mundo, da destruição dos laços reais com a transcendência, da dominação progressiva daquilo que é apenas humano e, por fim, do que é material e físico. A doutrina das quatro idades – que já mostrei que foi conhecida em formas correspondentes tanto no Oriente como no Ocidente (veja-se Hesíodo) – fornece a chave que permite fixar objectivamente as fases fundamentais deste processo descendente: o mundo moderno em sentido estrito corresponde à última idade, a idade do ferro de Hesíodo, o *kâli-yuga* ou idade sombria dos Hindus, a idade do lobo dos Edas.

Não cabe aqui determo-nos sobre tudo isso. Relevarei apenas que, para esta reconstrução global da história, utilizei igualmente as ideias sobre a tradição hiperbórea primordial e sobre o seu desaparecimento posterior; sobre a antítese entre civilização urânico-viril e civilização telúrica, lunar, civilização das Mães; e sobre os ciclos heróicos (em referência ao sentido dado por Hesíodo aos termos "heróis" e "geração de heróis", relacionados com eventuais restaurações particulares da primeira idade: estes ciclos têm no meu sistema um significado fundamental), sem falar nas pesquisas sobre as migrações das raças nórdico-atlânticas e "arianas", criadoras das primeiras civilizações indo-europeias. Partindo de tudo isto, pude precisar nos diferentes capítulos os traços essenciais de uma série de civilizações – as civilizações extremo-oriental, hindu, pré-colombiana, egípcia, hebraica, helénica e assim sucessivamente. Naturalmente que, para um estudo adequado, cada uma destas questões reclamaria uma obra à parte, que desenvolveria as linhas de interpretação indicadas sumariamente em cada um destes curtos capítulos de algumas páginas: sem mencionar uma vasta recolha de materiais a passar pelo crivo. Dei um relevo particular à interpretação da romanidade antiga, por mim apresentada como um afloramento brutal, num plano universal, da civilização de tipo urânico-viril no seio de um mundo em que já predominavam influências opostas (um "renascimento heróico", em consequência). Não me afastei de resto das minhas posições anteriores, na medida em que atribuí ao cristianismo o sentido de uma síncope da tradição romana e da própria tradição ocidental.

Mas esta tradição remonta parcialmente à superfície com o Sacro Império Romano e a Idade Média gibelina, num esforço para ultrapassar a fractura devida à presença da religião exógena que acabou por levar a melhor no Ocidente, mesmo entre as linhagens germânicas que haviam retomado o símbolo romano. À dissolução do ecumenismo medieval, com o humanismo, a Renascença, a Reforma e o nascimento das nações, os processos regressivos e destruidores têm cada vez maior predominância e criam os antecedentes imediatos do "mundo moderno" e nenhuma reacção ou rectificação eficaz intervém. Dessacralização geral da existência, individualismo e racionalismo em primeiro lugar; depois, colectivismo, materialismo e mecanicismo; e finalmente abertura a forças associadas não ao que está sobre o homem mas ao que está abaixo, para determinar as formas, os interesses e a potência sinistra de uma civilização geral e planetária no movimento acelerado que conduz ao fecho de um grande ciclo, em termos bem mais vastos que o spengleriano "declínio do Ocidente".

Como chave para a compreensão deste processo involutivo geral nos seus aspectos sobretudo sócio-políticos reportei-me à lei da regressão das castas. É significativo que, no período em que comecei a escrever a obra, esta lei tivesse sido pressentida, simultânea e independentemente, por diferentes autores. Por outro lado, ela não deixava de ter uma relação com a própria doutrina das quatro idades. Como ponto de partida temos que fazer referência à articulação apresentada, sob formas mais ou

menos visíveis, completas e regulares, pela maioria das civilizações tradicionais, em conformidade com um esquema de um valor intrínseco: no topo, as representações da autoridade espiritual, depois a aristocracia guerreira, sob esta última a burguesia possidente e por fim as classes servis: quatro "classes funcionais" ou castas, correspondendo a modos de ser determinados, diferenciados, cada um com o seu rosto, a sua ética, o seu direito no quadro global da Tradição.

Ora, pude mencionar que o curso da história nos faz assistir à regressão evidente do tipo dominante da civilização, do poder e dos valores de um ao outro dos níveis correspondentes às quatro castas. Após o declínio dos sistemas que repousavam sobre a pura autoridade espiritual ("civilizações sagradas", "reis divinos"), numa segunda fase a autoridade passa para as mãos da aristocracia guerreira no ciclo das grandes monarquias, em que o "direito divino" dos soberanos não é no entanto senão um eco residual da precedente dignidade dos chefes. Com a revolução do Terceiro Estado, com a democracia, o capitalismo e o industrialismo, o poder efectivo passa para as mãos dos representantes da terceira casta, os detentores da riqueza, com uma transformação do tipo de civilização e dos interesses dominantes.

Por fim, socialismo, marxismo e comunismo anunciam, e realizam-se já em parte, a última fase, o advento da última casta, a antiga casta dos servos – em linguagem moderna: os "trabalhadores" e os proletários – que se organizam e se orientam para a conquista do poder e do mundo, assinalando com a sua marca cada actividade e conduzindo até o fim o processo de regressão.

O capítulo final do meu livro tem por título "O ciclo encerra-se: Rússia e América". Se pensarmos que a obra surgiu em 1934 mas que as ideias expostas nesse capítulo já tinham sido expressas anteriormente – numa conferência publicada subsequentemente em *La Nuova Antologia* – não se lhe pode negar o seu carácter profético. A Rússia comunista e a América, com as suas "civilizações" que lhes correspondem, eram por mim apresentadas como os dois braços de uma tenaz única que se fecha em torno da Europa para lhe destruir os últimos restos de formas e valores tradicionais; o que deverá efectivamente ocorrer. Coloquei em relevo as correspondências apresentadas, apesar de tudo, pelas duas forças opostas quando se tem em vista a sua função convergente e destruidora. Por outro lado, tornava-se evidente que o conflito entre América e Rússia se explica pela luta entre uma civilização que é uma sobrevivência do Terceiro



Estado (terceira casta) e a civilização correspondente ao Quarto Estado e à última fase. Igualmente em muitas outras aplicações a teoria da regressão das castas apresenta um valor excepcional de esclarecimento para o exame aprofundado do sentido da história, para lá dos aspectos secundários, episódicos e contingentes que ela apresenta. A própria historiografia marxista utilizou um esquema geral aproximado, embora mais grosseiro e desarticulado. Naturalmente, invertendo os sinais; apresentando como progresso e conquista da humanidade o que, na realidade, teve o sentido de uma subversão e de uma inversão crescentes, de um processo destruidor. Mas, para o tipo existencial correspondente à última casta, cujo advento vai caracterizar a última idade e a conclusão da "idade sombria" hindu ou "idade do ferro" de Hesíodo, apenas esta visão invertida pode ser "verdadeira".

Compreende-se facilmente que, ao considerarmos nestes termos a génese e a realidade do mundo moderno, não se poderia de ânimo leve lançar apelos a uma reacção. Por isso escrevi: "quem aceita pontos de vista condicionados à partida, acusando em si mesmo a doença contra a qual se pretendia combater, pode alimentar esperanças. Mas aquele que, tendo tomado rigidamente como ponto de referência o espírito e a forma que caracterizam qualquer civilização normal, pôde identificar o mal na sua raiz, sabendo igualmente que seria necessário um trabalho titânico, não humano, não para regressar mas para simplesmente se aproximar de uma ordem de normalidade. Para esse, as perspectivas do futuro não se podem apresentar da mesma forma que para os outros". Isto, naturalmente, se se considerasse o problema de um regresso à tradicionalidade no sentido eminente, universal, unânime: não à Tradição como depósito guardado por alguns raros homens, por uma elite afastada das forças que predominam na história. Na verdade, para um regresso deste género não se poderia contar com nenhuma base concreta. Dada a visão de conjunto, geral, do meu livro, faltava mesmo aquilo que parecia aos diferentes tradicionalistas, no sentido habitual do termo, um ponto de referência positivo, ou seja, o catolicismo. Tal como já referi, Guénon, partindo da premissa segundo a qual a Europa só conheceu uma ordem tradicional graças à Igreja Católica, pensava que o regresso da Europa a um catolicismo tradicionalmente integrado (ver, a este propósito, aquilo a que aludi ao falar, em "Máscaras e Rostos", dos regressos ao catolicismo) representaria o único apoio para um renascimento do Ocidente, para se ultrapassar a crise do mundo moderno, e ele dirigiu nesse sentido um apelo mais ou menos explícito aos representantes desta tradição (na correspondência que com ele mantive Guénon viria a confessar textualmente que ele tinha sentido como sendo seu dever lançar esse apelo mas que sabia que o mesmo não daria em nada – e assim foi).

Tal como eu o lembrava na conclusão de "Revolta", não podia partilhar esta ideia. Para além do facto de que o catolicismo nunca deu provas de um tal poder defensivo e criador, mesmo nas condições materiais e

intelectuais infinitamente mais propícias que se apresentaram no passado, frisei por que motivo é que o catolicismo, no processo global, foi sobretudo um dos factores que mais contribuiu para a desagregação do Ocidente: precisamente porque o carácter particular do cristianismo deriva de uma fractura funesta, a desvirilização do espiritual, o advento da sacralidade sacerdotal com pretensões hegemónicas em vez da síntese e da centralidade primordiais – portanto, por contra-golpe, igualmente a materialização e a dessacralização do viril e de todo o mundo da acção. Naturalmente que, no seio do quadro de problemas concretos considerados na "Revolta", não entravam os aspectos do catolicismo que se poderia valorizar em abstracto, num plano puramente doutrinal ou esotérico, aspectos examinados em "Máscaras e Rostos". "Aquele que, hoje em dia, crê ser um homem da Tradição tendo apenas como ponto de referência o catolicismo – dizia em conclusão da segunda edição da obra, após um balanço de novas experiências – na realidade pára a meio do caminho, não vê o primeiro elo da cadeia das causas e, sobretudo, ignora o mundo das origens e dos valores absolutos".

A ideia dominante desde a primeira edição do livro em 1934 era, portanto, que dificilmente se poderia esperar outra coisa senão o encerramento, o esgotamento de um ciclo. Apesar disso, fiz alusão aos movimentos da época que, em Itália e na Alemanha, sob diferentes aspectos, no domínio mais exterior, se apresentavam como tentativas de barreira, na sua oposição à democracia e ao socialismo, ao bolchevismo e à própria América, e também exumavam os símbolos da antiga tradição romana ou nórdica. Mas eu questionava: "Até que ponto pode haver em tudo isso um ponto de vista positivo igualmente de um ponto de vista superior? Até que ponto se evoca realmente por meio desses símbolos uma tradição espiritual autêntica, ou seja, algo que vá mais além de tudo o que é material, étnica e politicamente condicionado? E até que ponto não se mantêm pelo contrário ao serviço de simples correntes políticas, de forças cuja origem e o fim entram no conceito moderno de nação, cuja ambição mais alta é a potência no sentido secular e ilusório destes últimos tempos?". E enquanto havia no livro



Capa de uma das edições portuguesas de "O Mistério do Graal"

demasiados enquadramentos que deixavam transparecer o carácter suspeito de diferentes aspectos das correntes em questão, fazia também alusão ao perigo derivado do facto de o clima actual ser propício à deformação e a dar-se o sentido inverso à acção de símbolos e de ideias de uma ordem superior eventualmente evocados. Esta previsão verificou-se igualmente, e nesta conjuntura pude ver em acção um dos meios utilizados por aquilo a que chamei a "guerra oculta": para desacreditar e paralisar, dessa forma, tudo o que poderia servir para uma eventual reconstrução.

Na época da primeira edição da "Revolta" estimava contudo que se poderia sempre tentar reforçar as potencialidades positivas presentes nos movimentos políticos em questão, separando-os das potencialidades negativas e problemáticas. Isto entrava num domínio mais contingente e se me apliquei, dentro do limite das minhas possibilidades, a esta tarefa, tal não deixou de estar relacionado com a minha disposição pessoal de *kshatriya,* que me levava a fazer aquilo que deveria ser feito, sem estar motivado pela ideia de sucesso ou insucesso. De qualquer forma, as ideias da "Revolta" representavam a base e o critério de medida. Sem compromissos, ilusões e ficções de qualquer tipo, o livro servia para indicar o que, em caso algum, se devia perder de vista nessa acção.

Neste contexto, tenho que fazer novamente referência ao sentido efectivo da actividade que tive em Itália e na Alemanha ao lado dos movimentos de Direita, até à II Guerra Mundial. Mas, por razões de continuidade, falarei antes de mais, de forma breve, de outro dos meus livros, editado por Laterza em 1938 sob o título "O Mistério do Graal e a Tradição Gibelina do Império". Este livro tomou forma enquanto desenvolvimento de um apêndice à primeira edição da "Revolta". Expõe uma pesquisa que visava demonstrar a presença, no seio da Idade Média europeia, de uma veia espiritual relacionada precisamente com a tradição primordial sob o seu aspecto real, tendo as ideias correspondentes sido expressas por meio, sobretudo, do simbolismo da literatura de cavalaria, bem como por figuras, mitos e lendas do "ciclo imperial". Nesta pesquisa, a fecundidade do "método tradicional" que segui sobressaía nitidamente: comparações integradoras para alcançar a definição de significados fundamentais.

Hoje em dia o grande público só conhece o Graal através do "Parsifal" de Richard Wagner, obra na qual os temas tratados foram romanticamente deformados e enfraquecidos até à inverosimilhança. De uma forma mais geral, a interpretação do mistério do Graal como um mistério cristão é, também ela, errada. Na lenda, os clementes cristãos são apenas acessórios, secundários e servem de cobertura. Para apreender o conteúdo autêntico, deve-se pelo contrário tomar como ponto de referência imediato os temas e as recordações conservados nas tradições célticas e nórdicas em estreita relação com o ciclo do Rei Artur. Fundamentalmente, o Graal simboliza o princípio de uma força transcendente e imortalizadora ligada ao estado primordial, sempre presente mesmo no período da "queda", da involução ou decadência. É significativo que em todos os textos os guardiães do Graal ou do local em que ele se manifesta não são padres mas sim cavaleiros, guerreiros e que, ainda por cima, esse local é descrito não como um templo ou uma igreja mas sim como um palácio ou um castelo.

Mostrei como o mistério do Graal tem antes de mais um carácter iniciático (e não apenas vagamente místico): é o mistério da iniciação guerreira. No entanto, no contexto em que aparece de forma mais frequente nas lendas vem acrescentar-se um tema

específico, a saber: que uma tal iniciação *compromete*. O cavaleiro predestinado ou chamado que recebeu a visão e as graças do Graal ou que, tal como dizem vários textos de forma significativa, "abriu com as armas" a via do Graal, é chamado a cumprir um dever de restauração, sob pena de ser, em alternativa, amaldiçoado. Ele deve actuar de forma a que um rei prostrado, decaído, ferido ou vivendo apenas na aparência, reencontre a sua força original, ou deve ele próprio assumir a função real, fazendo dessa forma reflorescer o reino. Nas lendas, esta funcionalidade particular, característica, é frequentemente atribuída à virtude do Graal. Um tema decisivo, com o qual se deveria medir a verdadeira dignidade ou a vocação do cavaleiro esperado, é o facto de "colocar a questão": a questão sobre a própria função do Graal. Frequentemente, no momento de colocar esta questão, ou seja, de sentir plenamente esta problemática, chega o milagre do despertar, da cura ou da restauração.

Dito isto, pareceu-me possível relacionar igualmente este aspecto essencial da lenda a uma situação histórica precisa, a da Idade Média imperial europeia, a ponto de ver no tema mencionado a expressão simbólica da esperança e da vontade do alto gibelinismo, em relação com a sua tentativa de levantar, reorganizar e de unificar o Ocidente sob o signo de um Império sacral e daquilo a que certos teólogos políticos chamavam a "religião real de Melchisédech". A literatura cavalheiresca, sob os aspectos que estudara, continha a expressão cifrada desta vontade, que havia agido tanto no topo, caso dos grandes soberanos suabos, como nas ordens cavalheirescas, ascéticas e guerreiras que, de certa forma, reflectiam o modelo da cavalaria do Graal; mas isso numa oposição mais ou menos visível ao outro pólo do mundo medieval, à Igreja, com a tradição oposta que ela representava e com as suas tentativas hegemónicas (guelfismo). Detectei um dos episódios mais fortes dessa tensão na tragédia da Ordem do Templo, na destruição dessa Ordem.

Com o declínio da Idade Média, a tradição que surgira no ciclo das lendas presentemente assinaladas retirou-se de novo da cena histórica. Continuou apenas sob formas subterrâneas e eu indicava no meu livro os grupos que podem ser considerados, em certa forma, como os herdeiros do Graal: antes de mais, os "Fiéis do Amor", ou seja, os poetas aos quais Dante se ligou também, e cuja linguagem erótica teve frequentemente um sentido simbólico e iniciático (no momento em que escrevi "O Mistério do Graal" isso tinha sido assinalado pelas pesquisas críticas de Luigi Valli), mas que estavam ao mesmo tempo unidos numa organização secreta de carácter gibelino fortemente oposta à Igreja (talvez ligada aos próprios Templários); em segundo lugar, a tradição hermética, na medida em que ela continuou mesma após a crise da Idade Média; por fim, os Rosacrucianos (a distinguir claramente daqueles que se intitularam como tal em seitas recentes), confraternidade misteriosa que visava igualmente uma restauração da Europa e a vinda de um *Imperator* para acabar com todas as usurpações, mas que, nas vésperas dos tratados de Vestefália – que deram o golpe mortal à autoridade residual do Sacro-Império Romano –, se remeteram de novo ao silêncio e se retiraram para a sombra (simbolicamente: os Rosacrucianos teriam "abandonado" a Europa).

> *"Pareceu-me possível relacionar a lenda com uma situação histórica precisa, a da Idade Média, a ponto de ver no tema mencionado a expressão simbólica da esperança e da vontade do alto gibelinismo em unificar o Ocidente sob o signo de um Império sacral."*

Sob o seu aspecto histórico, o livro sobre o Graal completava o que havia exposto em resumo no capítulo sobre a Idade Média da "Revolta". A obra foi também editada em alemão pelo editor O.W. Barth em 1958 e em segunda edição italiana em 1962 pela Ceschina. À parte certos retoques, acrescentei nas edições mais recentes um capítulo final que trata das origens e do sentido da maçonaria, em relação com aquilo a que chamei "a inversão do gibelinismo". Vi na maçonaria o caso de uma organização que teve, na origem, um carácter iniciático, mas que, em seguida, paralelamente à sua politização, ficou sob o controlo de influências anti-tradicionais, para vir a agir por fim como uma das principais forças secretas da subversão mundial, ainda antes da Revolução Francesa, depois em geral solidariamente com a revolução do Terceiro Estado. O ponto essencial que pretendia salientar era que a oposição à Igreja e ao catolicismo, que se justificava no caso do verdadeiro gibelinismo sobre a base da reivindicação, por parte do Império, de uma autoridade igualmente sacra e transcendente, acabou por se apoiar, por meio da inversão em questão, sobre as Luzes, o laicismo, sobre uma "religião da humanidade" que se tinha que libertar de toda a autoridade supra-ordenada, que ficava reduzida, nesse quadro, à "tirania" e ao "obscurantismo".

Num plano mais geral, a inversão consistiu na transferência apenas para a razão humana dessa autoridade e desse direito superiores que, face aos simples dogmas religiosos e às verdades apresentadas miticamente como uma "revelação", eram competência exclusiva do "iluminado", ou seja, do iniciado; daí a perversão do próprio sentido da palavras "Luzes", que se tornou sinónimo de crítica racionalista destruidora. Em muitos aspectos, este complemento do meu livro e este esclarecimento pareceram-me necessários. Basta pensar que, durante o segundo pós-guerra, o termo "gibelinismo" reapareceu em Itália em diversas ocasiões e mesmo em lutas políticas no interior de um clima "democrático"; foi empregue de uma forma distorcida até ao inverosímil: como designação da afirmação do direito soberano do Estado laico e não-confessional contra o clericalismo. No meu livro seguinte, "Os Homens entre as Ruínas", iria de novo denunciar uma tal falsificação e um tal equívoco.

Em relação à transformação interna involutiva da maçonaria, e dado que pude dispor, graças a circunstâncias excepcionais – numa altura em que vivia em Viena –, de material precioso dificilmente acessível, propus-me escrever um livro sobre a "Hsitória Secreta das Sociedades Secretas". Mas não me foi possível realizar esse projecto.

---

* Este texto corresponde ao nono capítulo do livro "O Caminho do Cinábrio", "autobiografia" intelectual de Julius Evola.

Estudo

O simbolismo do Arco

Marcos Rogério Estevam*

O Arco no Oriente

Já tivemos a oportunidade de mencionar a prática do Kyudo, como Caminho Marcial que visa, na sua forma original, não apenas a perícia técnica mas também o desenvolvimento harmonioso do corpo, mente e espírito. O Kyudo sofreu grande influência do Xintoísmo e guarda até hoje na sua forma ritual traços dessa influência. Existe uma cerimónia em particular que consiste no tanger das cordas do arco para afastar todas as influências e espíritos inferiores do ambiente. No *kyudojo* (o lugar onde se pratica o Kyudo) é comum haver um altar dedicado a um *kami* (semelhante ao *numem* romano) e entre as divindades xintoístas Hachiman, o Deus da Guerra, é retratado segurando um arco. Além da prática que poderíamos chamar de "desportiva" existem disparos que são realizados cerimonialmente e visam outros fins que não apenas "acertar o alvo". Diversos termos aplicados ao aspecto técnico do Kyudo também fazem referência a aspectos espirituais. Entre eles, queremos destacar o termo *zanshin*: após o disparo, o praticante deve manter sua postura e concentração. O termo pode ser traduzido como "corpo (ou espírito) remanescente" e deve ser visto como a reverberação de um sino. É o estado em que o espírito flúi junto com o tiro, formando uma unidade entre arqueiro, alvo e flecha.

Na China, encontramos um ritual realizado aquando do nascimento de um herdeiro real, que consistia em 6 disparos feitos pelo arqueiro mestre em direcção ao Céu, à Terra e aos 4 quadrantes (*Li Chi X.2.7*). O mesmo é dito acontecer no Japão. Ora, tais disparos equivalem a simbolicamente unir, com um raio de sol, todos os mundos.

Nas tradições da Índia, encontramos a história de Rama, o herói



solar que combate os demónios das trevas e do caos, liderados por Ravana. Considerado um avatar de Vishnu (em muitos casos comparado a Apolo), Rama é chamado de *Maryada Purushottama,* literalmente "O Homem Perfeito", ou seja, "iniciado" e sua vida um exemplo de realização do *dharma* (o caminho específico atribuído a cada pessoa, por sua casta, para a maior realização espiritual). A história gira ao redor do rapto de Sita, sua esposa, por Ravana. Ora, na Tradição hindu a "mulher" ou "esposa" é vista como a personificação do "poder" (*shakti*) associado ao Deus. De entre os feitos que Rama realiza, o primeiro está relacionado com a "conquista" de sua *shakti*: Vishwamitra convida dois príncipes, Rama e Lakshmana, para disputarem a mão de Sita, através da prova de curvar o arco de Shiva e disparar uma flecha com ele. Uma vez que essa é a arma de Shiva, nenhum rei mortal seria capaz de alcançar o feito. Contudo, Rama ao tentar colocar a corda no arco, simplesmente o parte em dois. Tal acto de força, espalha-se por todos os mundos e Rama conquista a mão de Sita. Porém, um *rishi* chamado Bhargava sabendo de tal feito não consegue acreditar e decide testar Rama. Alegando ser o sexto avatar de Vishnu ele apresenta-se perante Rama com o arco de Vishnu e novamente o desafia a colocar a corda no arco. Rama respeitosamente se curva perante o sábio eremita e num piscar de olhos, rouba-lhe o arco das mãos, coloca a corda e aponta uma flecha para o coração do desafiante. Reconhecendo sua derrota e que Rama lhe é superior, ele abandona o mundo dos homens. Rama então dispara a flecha com o arco de Vishnu para o céu em conformidade com sua natureza divina e diz-se que sua flecha ainda hoje viaja pelos mundos – quando ela retornar a este mundo, marcará o seu fim. Outra tradição também afirma que a flecha ao voar destrói todo o mal e fortalece o *dharma* e a justiça. Note-se que como é comum em objectos consagrados ritualmente, o arco de Rama tem um nome, que é *Kodanda*.

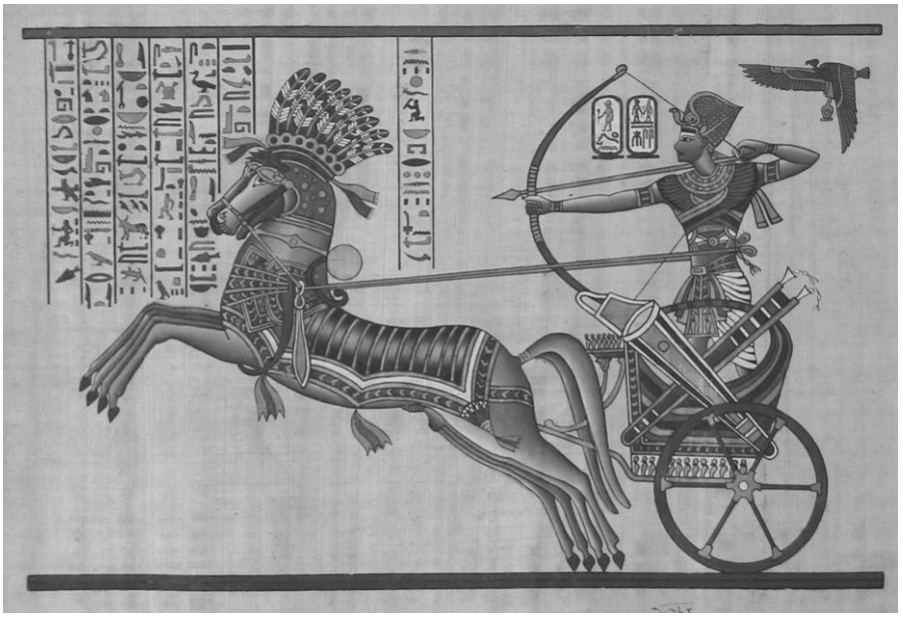
Outro exemplo bem conhecido de nossos leitores, pode ser encontrado no *Bhaghavad Gita*, onde o

arqueiro Arjuna é instruído por Krishna na doutrina aristocrática e guerreira da "yoga da acção". Arjuna é geralmente visto como o ego humano que é instruído pelo divino instrutor, o Espírito, e a guerra entre as duas facções inimigas é vista como um combate simbólico e interior entre a natureza inferior e superior de um adepto. Desnecessário dizer que a exposição apresentada no *Gita* é a melhor e mais clara doutrina da espiritualidade guerreira disponível. É explicitamente dito que tal ensinamento já havia sido dado em outros ciclos, e que novamente estava sendo revelado através da "dinastia solar", *Suryavansa*. O grande ensinamento contido aqui é dirigido à casta dos guerreiros, *kshatrya*, e gira em torno do conceito de *katam karaniyam*, ou seja, "fazer o que deve ser feito", de maneira impessoal, sem se apegar aos frutos da sua obra, indiferente ao sucesso ou ao fracasso, dor ou prazer, sem se preocupar com "vantagens" advindas da realização daquilo que é visto como a sua lei interna (*dharma*). No épico *Mahabharata*, no qual se insere o *Gita*, Arjuna é visto realizando disparos de incrível destreza. É-nos dito que apenas ele era capaz de manipular o seu arco correctamente que, à semelhança do arco de Rama, também possui um nome, *Gandeva*.

As escrituras hindus fazem a comparação dos dois braços do arqueiro com dois deuses, Mitra e Varuna, reunindo, no arqueiro, as duas figuras do "rei e sacerdote". É portanto na sua condição de *kshatrya* que tanto Rama quanto Arjuna são capazes de realizar as obras que realizaram bem como em receber os ensinamentos solares.

No *Mundaka Upanishad* encontramos um resumo desses ensinamentos e uma das mais interessantes descrições do papel simbólico do arco:

"Tendo segurado o arco, deixe-o colocar a flecha, afiada pela devoção. Então, após armá-lo com um pensamento dirigido àquilo que é, atinja o alvo, oh amigo – o Indestrutível. OM é o arco, o Eu é a flecha, Brahman [O Absoluto] é chamado seu alvo. É atingido pelo homem que não é insensato, e assim como a flecha se torna una com o alvo, ele se tornará um com Brahman. Conheça apenas Ele como o Eu, e abandone outras palavras. Ele é a ponte para o Imortal. Medite no Eu como OM. Salve aquele que pode cruzar além do mar da escuridão".



O Arco no Oriente Médio

Da mesma maneira que na China e no Japão era feito um disparo ritual aos 4 quadrantes, também encontramos no Egipto o mesmo ritual mas desta vez durante a cerimónia de entronização do faraó. Como é sabido, o faraó era visto como uma encarnação de Hórus, o deus falcão, símbolo do Sol, que vingava a morte do Deus Osíris, seu pai que fora desmembrado pelas forças do caos personificadas em Seth. Uma outra variação deste rito consistia em soltar 4 pássaros – mas como já vimos "pássaros" e "flechas" possuem um significado simbólico semelhante. Em várias estelas, monumentos e templos os faraós são comummente retratados em carros de guerra, segurando seus arcos armados. Em particular, Ramsés II era tido como um arqueiro bastante talentoso.

Dentro da tradição islâmica, é dito que o profeta Maomé era habilidoso com o uso do arco. Alega-se que 5 de seus arcos foram conservados e podem ser vistos em museus árabes. Como se sabe, o Corão é considerado uma revelação directa de Deus (Allah) através do arcanjo Gabriel para o profeta. Contudo, alguns ditos (*hadiths*) considerados inspirados mas não revelados, também gozam de particular veneração e são constantemente consultados para todos os aspectos da vida. Entre esses *hadiths*, contam-se aproximadamente 40 relacionados com o arco (*Sacred Archery: The Forty Prophetic Traditions*, Katih Abdullah e Mustafa Kani). Vejamos alguns:

"Aquele que faz a flecha, aquele que apresenta a flecha e o que dispara a flecha estão destinados ao paraíso."

"Ensine as suas crianças a ler o Corão e atirar com um arco" [Platão, nas *Leis*, também aconselha que as crianças sejam treinadas desde cedo na prática do tiro com arco].

"Os espaços entre onde uma flecha é disparada e onde ela cai são jardins do paraíso para vocês."

Existem três passatempos criados para o homem, que Allah aprova: "Andar a cavalo, atirar com um arco e fazer amor com sua mulher."

Outro *hadith* diz que Maomé atirava com o arco para afastar a tristeza e a preocupação.

Uma tradição corânica também afirma que foi Gabriel quem reve-

> *"A empunhadura como símbolo merece um pouco mais da nossa atenção: ela é vista como a parte «média» do arco e é a chave para o «segredo» comunicado ao discípulo. Alude à harmonia e à justa medida que permite disparar a flecha de maneira equilibrada (...) é um elo entre Maomé e Allah, e é o que une as duas metades do arco, tornando-o «uno»"*

lou a Adão o uso do arco, com as palavras: "Este arco é o poder de Deus; esta corda, sua majestade; estas flechas são a cólera e o castigo de Deus aos seus inimigos". Desde Adão, tal ensinamento foi sendo transmitido através da "cadeia" de profetas até Maomé (a mesma ideia da "Cadeia Dourada" de Zeus), cujo companheiro Abi Waqqas, "o paladino do Islão", foi o primeiro que disparou contra os inimigos do Islão, tornando-se assim o padroeiro das ordens turcas de arco e flecha, cuja transmissão iniciática nunca se interrompeu (talvez, quem sabe, apenas muito recentemente). Vamos passar brevemente pela cerimónia de iniciação de tal ordem (acompanhando a exposição de Amanda Coomaraswamy em "El Tiro con Arco"):

Estas ordens são realmente iniciáticas e mesmo com a introdução das armas de fogo, o carácter sagrado do arco não se perdeu, e onde só é possível entrar por qualificação e iniciação. No que diz respeito à organização elas são regidas por um "*sayj* do campo" e toda qualificação fica a cargo de um mestre (*usdat*). Ao ser aceite, o discípulo deverá passar por um rito em homenagem às almas de Abi Waqqas, dos arqueiros *iman* de todas as gerações e todos os arqueiros crentes. O mestre transmite ao aspirante um arco com as palavras: "Segundo o costume de Allah e do Caminho (*sunna*) de seu Evangelho escolhido...", o aspirante então recebe o arco, beija sua empunhadura e o arma. Quando finalmente se torna hábil, então a aceitação formal por parte do *sayj* acontece.

Após algumas provas demonstrando sua habilidade e com a aprovação do *sayj*, o candidato ajoelha-se e levanta o arco em direcção ao *sayj*, arma-o e coloca a flecha na corda, por três vezes, de acordo com regras rituais bem estabelecidas. O *sayj* então instrui o mestre de cerimónia para que leve o discípulo ao seu mestre de quem receberá a empunhadura (*gabza*) – que nada mais é que o símbolo exterior da sua iniciação. Ele ajoelha-se perante o mestre e beija a sua mão; o mestre toma a sua mão direita em sinal de vínculo (cujo modelo é o *Corão, XLVIII. 10-18*) e sussurra o "segredo" no seu ouvido. O aspirante agora é um membro da ordem dos arqueiros e um elo na "cadeia" que remete até Adão. A partir de então não mais usará o arco a menos que esteja ritualmente puro, e antes e depois de usar o arco sempre beijará sua empunhadura. Ao disparar sua flecha, também irá entoar "Deus é Grande!" (note-se o uso de uma fórmula mântrica, como já havíamos notado acima. Nesse contexto, esta frase é simbolicamente vista como uma "flecha espiritual" atirada pelo discípulo juntamente com a flecha "física" disparada pelo seu arco). A empunhadura como símbolo merece um pouco mais da nossa atenção: ela é vista como a parte "média" do arco e é a chave para o "segredo" comunicado ao discípulo. Assim como vimos mais acima, alude à harmonia e à justa medida que permite disparar a flecha de maneira equilibrada. No contexto que discutimos aqui, a empunhadura é um elo entre Maomé e Allah, e é o que une as duas metades do arco, tornando-o "uno". Também pode ser visto como um símbolo do *Axis Mundi*, ou na terminologia islâmica, como o *Qutb*.

O Arco no Ocidente

Na tradição nórdica encontramos no Edda Poético a história de como o Deus Heimdall (aqui chamado de "Rig" uma palavra irlandesa para "Rei") andando pela Terra (*Midgard*) gerou as três castas ou classes que compunham a sociedade viking: a dos escravos (*thrall*), dos fazendeiros e dos nobres. A maneira como as castas (ou melhor, os descendentes de cada casta) são gerados é semelhante para cada uma delas: Rig se hospeda por três dias na casa de um casal "arquetípico" e sempre dorme entre eles por três noites. Os filhos de cada casal, possuem nomes simbólicos de suas funções. É assim que caminhando pela Terra e já tendo gerado as castas anteriores, Rig se encontra com "Pai" e "Mãe" que darão origem à classe aristocrata e guerreira de nobres conhecidos como *jarls*. É significativo que uma das ocupações de Pai é justamente a de confeccionar arcos, flechas e cordas (*Rigsthula, 28*). Após as três noites, como nos outros casos, Pai e Mãe concebem um filho gerado por Rig cujo nome é "Senhor". E assim como seu pai, especializa-se nas actividades guerreiras: equitação, natação, confecção de arcos e flechas, caça, lutar com espadas e escudos, etc. (*Rigsthula, 35*). Contudo, ao contrário do que aconteceu com os outros casais, Heimdall (Rig) retorna para não apenas revelar a Senhor que ele é seu filho, mas também para ensinar-lhe o uso das Runas.

As Runas eram as letras utilizadas no alfabeto nórdico e também tinham funções mágicas e oraculares. O significado de "runa" é "mistério". Seu uso ia desde inscrições em tumbas e pedras cerimoniais até propósitos de cura e protecção. Foram encontradas flechas, espadas e lanças com Runas gravadas. Observe-se então que mais uma vez temos a confluência do "rei-sacerdote" (as Runas foram um dom de Odin, o deus da guerra, da poesia, da magia e da morte entre os nórdicos. É significativo que Odin tenha feito um sacrifício a

si próprio, enforcando-se e ferido por sua lança, na Árvore do Mundo, Yggdrasil, para obter o conhecimento das Runas). Assim como o arco era basicamente utilizado pela nobreza – tanto na guerra como na caça – igualmente as Runas o eram.

Entre os deuses nórdicos encontramos Ullr, o deus caçador e arqueiro, cujas flechas podiam ser vista nas "luzes do norte" (a aurora boreal), habitando as regiões longínquas e desoladas do norte (ele era associado ao Inverno e à morte). Ullr era particularmente invocado para combates individuais e patrono dos juramentos feitos sobre um anel sagrado. Diz-se que Ullr habita uma região em Asgard conhecida como "Ydalir", que significa "Vale dos Teixos"[1] – como já vimos, esta é uma das melhores madeiras para a fabricação de arcos e está associada à Árvore do Mundo, Yggdrasil. Outra deusa que tinha características semelhantes era Skadi – também associada às montanhas geladas, à caça e ao arco. Ambos possuem características tão semelhantes que mais de um estudioso já cogitou uma relação mais próxima entre eles – tal como de marido e mulher ou irmãos. Essa inferência torna-se ainda mais forte quando analisamos os seus nomes: "Ullr" deriva de uma antiga palavra para "Glória" que era associada ao céu, e por extensão ao Pai-Céu cultuado pelos povos Indo-Europeus (tal como Zeus entre os gregos), representando a espiritualidade Olímpica e o Absoluto. "Skadi", por sua vez, significa "sombria" associando-se assim à Mãe-Terra. Ora, encontramos uma relação semelhante entre Apolo (Sol) e sua irmã gémea Ártemis (Lua), ambos, como já vimos, arqueiros.



Ainda dentro da análise dos nomes, é significativo apontar para o fato que "Heimdall" pode ser traduzido como "O Arco do Mundo", significando o arco-íris, que era visto como a ponte entre o mundo dos Deuses (*Asgard*) e o mundo dos humanos (*Midgard*). Heimdall, além da função civilizatória e iniciática que vimos acima, tinha como principal papel guardar a entrada do mundo divino e de avisar os deuses, tocando sua trompa, do avanço dos gigantes de fogo saídos de Muspellheim para combater os deuses durante o final do ciclo do presente universo. O equivalente hindu de Heimdall é o deus Agni, que como já vimos se relaciona com o Fogo purificador do ritual.

Ainda temos algo mais a falar sobre Apolo. Como é sabido, este deus é visto como o símbolo da Tradição Hiperbórea e de todas as qualidades viris, heróicas e solares do mundo greco-romano. No *Hino Homérico a Apolo Délio (5)*, vemos a reacção dos deuses quando ele chega ao Olimpo:

"Todos os deuses tremem
Quando ele entra na casa de Zeus
todos se levantam quando ele se aproxima
todos se levantam de seus assentos
quando ele arma seu brilhante arco"

E é o próprio Apolo quem diz de si mesmo (*130*):

"A lira e o arco recurvo eu amarei
E revelarei aos mortais
A infalível vontade de Zeus"

Já vimos quando citamos os fragmentos de Heráclito como esta passagem pode ser interpretada – ou seja, em Apolo se reúnem harmoniosamente os contrários. Além disso, tomamos conhecimento de outra função exercida por ele: revelar (ou personificar) a vontade de Zeus (o princípio transcendente, o Absoluto, o Incondicionado) aos homens – agindo portanto como o "Lógos" do universo. E de facto, através de seu oráculo em Delfos, Apolo deu aos homens as duas maiores máximas da sabedoria clássica: "Conhece a ti mesmo" e "Nada em excesso". Tal sabedoria, calma, reflectida, simples, directa e impessoal traduz-se nas 4 virtudes clássicas de temperança, coragem, prudência e sabedoria.

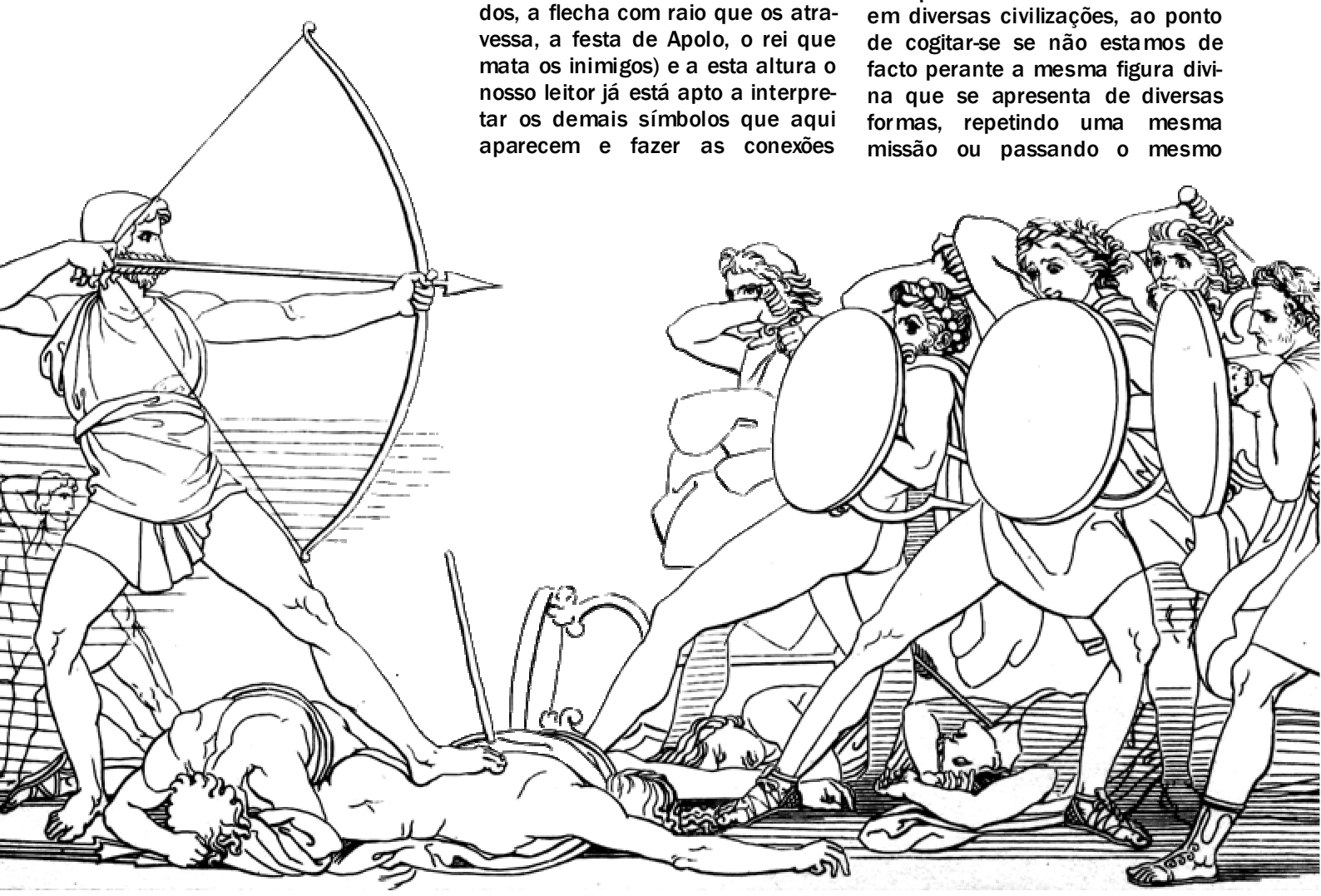
Ao mesmo tempo que Apolo é o revelador da vontade de Zeus (o filósofo estóico Epicteto em seus *Discursos (III.1)* cita Apolo como modelo para o sábio estóico, dizendo que aquele revelará a vontade de Zeus independentemente do uso ou reconhecimento que os homens farão deste conhecimento. Apolo irá cumprir com seu dever, "fazer o que precisa ser feito", independente dos resultados. Já vimos essa atitude anteriormente), Apolo é também o *guardião* dessa vontade e seus mistérios (*Hino Homérico a Hermes 535*):

"(...) Fiz um juramento poderoso
que ninguém excepto eu mesmo
entre os sempiternos deuses
conhecerá a profunda vontade de Zeus
(...) não me peça para revelar os divinos segredos
que a visão longínqua de Zeus contempla".

Dentro dos textos clássicos ocidentais merece destaque a *Odisseia* que narra as aventuras iniciáticas de Odisseu (tido entre os estóicos, juntamente com Hércules, como símbolo e modelo do sábio ideal – ambos excelentes arqueiros). Entre as cenas mais famosas e importantes está a do disparo magistral feito por Odisseu (*Livro XXI*): após 20 anos longe de casa, batalhando dez anos em Tróia e perdido à deriva por mais dez, finalmente Odisseu chega a sua casa, na ilha de Ítaca da qual é rei. Contudo, ele descobre que o seu palácio está ocupado por uma horda de pretendentes ao trono e à mão de sua esposa, a rainha Penélope. Após um plano elaborado com ajuda da deusa Athena (que simboliza *métis*, a mente engenhosa – note-se que Athena compartilha com Skadi o título de "Donzela Guerreira") Odisseu consegue estar presente na sala onde será efectuada uma prova que, inspirada mais uma vez por Athena, Penélope arquitectou para escolher um pretendente: aquele que fosse capaz de dobrar e colocar a corda no poderoso arco de Odisseu e disparar uma flecha por entre 12 machados (através do "anel" que havia ao final de cada cabo) seria o escolhido. Desnecessário dizer que nenhum pretendente conseguiu fazê-lo. Odisseu, até então disfarçado de mendigo, solicita que lhe seja dada uma hipótese. Debaixo de tremenda zombaria os pretendentes resolvem deixá-lo tentar antecipando mais momentos de troça. Nesse momento então Athena devolve a Odisseu seu "aspecto divino" e ele se revela não só capaz de dobrar o arco como de efectuar o disparo, cuja corda, nos diz o poeta, "canta belamente" (lembre-se o leitor do simbolismo da "voz" e da "flecha"). É muito significativo que esta prova aconteça exactamente no que o texto chama de "festa de Apolo" e que Odisseu antes de efectuar o disparo clame: "Apolo, dai-me glória!" (*Livro XXII*). Esta cena está claramente calcada em simbolismos solares (os 12 machados, a flecha com raio que os atravessa, a festa de Apolo, o rei que mata os inimigos) e a esta altura o nosso leitor já está apto a interpretar os demais símbolos que aqui aparecem e fazer as conexões necessárias com os outros ensinamentos que já vimos.

O Arqueiro como Guardião

Se o leitor nos acompanhou até aqui, seguramente notou o ressurgimento de diversos temas associados ao arqueiro – em particular o facto de pertencer à linhagem real e guerreira e sua forte vinculação ao arco. Todos estes heróis e figuras divinas, são submetidos a provas semelhantes (tais como o estiramento do arco) que só podem ser realizadas por ele ou provações específicas (o roubo da mulher), aparecem repetidas vezes. Percebe-se que arco e arqueiro estão unidos ou "destinados" um ao outro de maneira especial. Tais provas e tal vínculo são sinais exteriores de uma realidade interior e também são vistos como sinais de uma missão muito específica. O leitor poderá então perguntar-se o que todos esses símbolos significam e a razão porque esses temas se repetem ao redor do mundo e em diversas civilizações, ao ponto de cogitar-se se não estamos de facto perante a mesma figura divina que se apresenta de diversas formas, repetindo uma mesma missão ou passando o mesmo



ensinamento simbólico.

Qual é, afinal, a principal missão associada ao arqueiro?

Para respondermos a essa questão, tocaremos brevemente no simbolismo associado às figuras do querubim/serafim, da esfinge grega, do escorpião e da serpente/dragão. Vamos nos utilizar dos estudos realizados por Coomaraswamy em seu livro "Guardians of the Sun-Door". Uma vez que não podemos oferecer em todos os detalhes as provas, evidências e estudos iconográficos realizados pelo autor encaminhamos o leitor para esta obra e nos contentaremos aqui em oferecer em largos traços as teses e conclusões apresentadas naquele estudo.

A primeira evidência que o autor nos apresenta está baseada na iconografia do Sagitário, que aparece desde a Assíria e Mesopotâmia atravessando o Egipto, o mundo grego e oriental. Essa figura aparece invariavelmente combatendo ou associada a um dragão ou outras figuras que lembram serpentes ou ofídios. Também encontramos o escorpião como inimigo ou em forma de quimera associado ao Sagitário. À parte dessas figuras, também encontramos figuras aladas – tais como a esfinge grega, as harpias, pássaros encantados – como Garuda na Índia e a águia de Zeus na Grécia – que aparecem como "raptores" de uma bebida sagrada, de um herói ou condutores da alma até as moradas celestes (aqui encontramos a figura do psicopompo ou das Valquírias da tradição nórdica e ainda as Harpias gregas, que agem sob a vontade de Zeus). Um outro papel exercido por estas figuras é o de guardiãs de lugares sagrados – na tradição judaico-cristã temos as hostes angélicas dos querubins e serafins, que guardam o Jardim do Éden e o Trono de Deus, respectivamente. Na mesma função, encontramos grandes serpentes aladas ou dragões que guardam tesouros, entradas ou servem de guardiões pessoais (entre os gregos era assim que se representava o *agathos daimon*). Vimos que foi graças a uma serpente guardiã que Filoctetes recebeu a ferida fatal e o Velocino de Ouro também era guardado por um dragão. Além disso, Apolo precisou matar a serpente Píton antes de tomar posse do oráculo em Delfo. Se por um lado podemos interpretar o confronto do arqueiro com a serpente/dragão como sendo a ilustração das forças da ordem subjugando as do caos, num plano superior podemos interpretar de outra maneira. Como temos afirmado, a serpente nada mais é que outra manifestação do princípio guardião apresentando-se, porém, de forma telúrica ou "inferior". Ao ser derrotada pelo *numem* solar (Apolo) ou pelo herói (Hércules/Jasão no caso do Velocino), trata-se apenas da legítima posse do princípio superior sobre a manifestação inferior. No caso de Filoctetes vemos o herói ainda não preparado, ou iniciado, sendo incapaz de controlar a energia ou princípio guardião.

> *"E é nesse ponto que podemos juntar todos os fios que viemos desenvolvendo ao longo deste estudo: o arqueiro é por excelência o guardião dos lugares sagrados e dos ensinamentos sagrados!"*

Desta maneira, ao longo do tempo, todas essas figuras (o arqueiro, o dragão, a serpente, a esfinge, o ser alado) e símbolos foram se misturando e se tornando intercambiáveis. E é nesse ponto que podemos juntar todos os fios que viemos desenvolvendo ao longo deste estudo: *o arqueiro é por excelência o guardião dos lugares sagrados e dos ensinamentos sagrados!*

A figura do arqueiro, seja como o Sagitário, o herói solar, o querubim, a serpente alada, tem como principal missão a purificação do mundo e a protecção dos símbolos Tradicionais e das "portas" que dão acesso aos rituais de iniciação em toda as civilizações Tradicionais. Com seu arco e suas flechas, o Sagitário mantém à distância os que não são dignos e também ataca os inimigos que se apossam do tesouro, do Jardim, da Mulher Sagrada ou que ousam desafiar a Encarnação Divina (*avatar*). Como Apolo, são os guardiões da profecia e da vontade divina.

Não sem uma forte componente simbólica, é interessante notar que a constelação de Sagitário "mira" directamente para o centro da nossa galáxia – uma imensa esfera de luz, que pode muito bem servir de símbolo para o centro espiritual e divino do cosmos e do indivíduo, da mesma maneira que o Sol sempre o foi.

Conclusão

Hoje em dia, não é mais possível encontrar na nossa sociedade as estruturas Tradicionais que permitiriam um desenvolvimento espiritual associado à prática do arco como actividade simbólica, metafísica e iniciática. O único conselho que pode ser dado a quem quiser utilizar o arco além da prática desportiva, mas também como um instrumento de contemplação e "ascese", é que deverá fazê-lo por conta própria, através da interiorização dos símbolos e ensinamentos brevemente esboçados aqui. Seja como for, estes símbolos ainda nos podem falar e guiar se tivermos nas mãos as chaves Tradicionais para isso. Não foi outro o objectivo deste nosso breve estudo.

Homenagem a vós, oh portadores das flechas
e a vós, oh arqueiros!
Homenagem!
Homenagem a vós, oh flecheiros,
e a vós, oh fazedores de arcos!
(Taittiroya Samhita, 5.3.2 e 4.2)

---

* Conclusão do texto cuja primeira parte foi publicada no número anterior do Boletim.

1. Por lapso, na primeira parte deste texto foi utilizada a palavra "freixo" ao invés de "teixo".

Opinião

Como construir um espírito de equipa?

O segredo do sucesso de qualquer grupo humano, quer seja um partido, uma associação ou simplesmente um grupo de amigos, passa quase sempre por um forte espírito de equipa. Mas como se cria este espírito de equipa?

As unidades militares de elite são um exemplo perfeito de organizações ou grupos no qual o espírito de equipa é fundamental (trata-se, de facto, de uma questão de vida ou morte). Vamos por isso recorrer ao que a literatura especializada da área tem dito sobre este tema.

«Pequeno é lindo»

A pesquisa feita durante a Guerra da Coreia chegou à conclusão de que o tamanho ideal para um grupo de combate era o algarismo, de preferência em número entre 3 e 8, sendo que 5 foi considerada a dimensão ideal.

Isto acontece porque quando um grupo cresce demasiado a coesão interna do mesmo tende a diminuir acentuadamente. Isto fica a dever-se ao facto de a unidade ser tão grande que se torna impossível que todos os seus membros tenham contactos entre si e desenvolvam laços pessoais.

Na ausência destes laços pessoais de confiança, o grau de variação das atitudes e expectativas dentro do grupo tende a ser bastante grande, conferindo pouca homogeneidade ao grupo e, consequentemente, pouca coesão, o que se traduz numa certa "descoordenação". Na realidade, quando um grupo é mais pequeno, o grau de homogeneidade é maior, e todos tendem a pensar do mesmo modo, o que elimina as tensões próprias de grupos maiores, em que uma parte do grupo pretende agir de um modo e outra parte de outro. O grupo pequeno tem por isso menos tensões internas e um grau de identificação entre os seus membros maior.

Os Marines, por exemplo, regem-se pela chamada "regra de três", que significa que cada líder nunca tem mais do que três homens ou unidades sob a sua responsabilidade directa. O que isto significa, na prática, é que cada um sabe perfeitamente quais são as suas responsabilidade perante quem, o que cria uma relação apertada uns com os outros e uma dedicação para com a rede imediata de três. Já o SAS utiliza o chamado sistema "buddy-buddy" (parceiro-parceiro), em que cada homem é responsabilizado por proteger o parceiro e assumir o seu lugar caso seja necessário. O que isto significa é que cada homem sabe que há alguém a olhar por ele, criando um efeito psicológico de segurança.

Autodomínio

O autodomínio é outro elemento fundamental para o sucesso de um grupo, já que o comportamento em grupo tende a ser menos controlado que o comportamento individual. Assim, um grupo pode ser muito mais facilmente afectado por emoções fortes, como a raiva cega, do que um indivíduo isolado. Além disso, os grupos tendem a ser emocionalmente mais tensos e a permanecer assim durante mais tempo do que os indivíduos. Basta pensar que as atrocidades de guerra são quase sempre cometidas em grupo e muito raramente por indivíduos isolados.

A melhor forma de conferir a um grupo um elevado grau de autodomínio passa pelo treino recebido, que deve ser tão duro e realista quanto possível, não só para enrijecer os homens de um ponto de vista físico mas também psicológico, habituando-os a ligar com o *stress* e a violência, de modo a que estes se tornem parte normal do seu comportamento.

Sentido de comunhão

Mais uma vez, a pesquisa feita durante a Guerra da Coreia demonstrou que os grupos mais eficazes eram aqueles que apresentavam um elevado sentido de comunhão e identificação entre os seus membros e a unidade. Mas, como é natural, é impossível obrigar os homens a gostar uns dos outros. Esse sentido de comunhão só pode ser atingido através de várias experiências, rituais e comportamentos que as unidades de elite fomentam. Vejamos quais:

- Pertencer a uma elite

O sentimento de pertencer a uma elite, a uma tropa especial e diferente da tropa comum, é um

poderoso elemento de identificação entre os membros da unidade de elite. Por forma a reforçar este sentimento de pertença, por um lado, e de diferenciação, por outro, são utilizados uniformes e insígnias especiais bem como expressões pejorativas para designar os outros. Os membros do Regimento Britânico de Pára-quedistas, por exemplo, referem-se a todos os outros regimentos como "crap hats" (chapéus de merda, em alusão às boinas caqui).

Por outro lado, a tropa de elite comporta-se como uma grande família, prestando auxílio mútuo a todos os seus membros, independentemente de ainda se encontrarem no activo ou não, seja em termos financeiros ou pessoais.

- Sobreviver ao treino

O treino de elite é extremamente duro e a simples experiência de partilhar as mesmas esperanças e suportar tribulações e dificuldades cria um laço muito forte entre os soldados. Além disso, a dureza do treino exclui, naturalmente, aqueles que não se adaptam e apresentam tendências anti-sociais prejudiciais ao grupo.

- Sobreviver ao combate

O combate, a experiência de enfrentar a morte em conjunto, cria também um laço muito forte entre os homens. São conhecidos casos de soldados que morrem a tentar recuperar os corpos de camaradas caídos, tal é o espírito de corpo que se estende para além da vida.

- Rituais

Finalmente, os rituais próprios dos corpos de elite proporcionam mais um elemento de coesão e identificação. São, a este respeito, especialmente relevantes as cerimónias de iniciação e o enterro dos mortos. As cerimónias, muitas vezes vistosas ou complexas, conferem à unidade um sentimento intenso de orgulho nas suas capacidades.

O membro da equipa de elite

Já vimos alguns dos elementos indispensáveis à construção de um forte espírito de equipa, só nos falta então ver quais as características típicas do membro da equipa de elite.

Primeiramente, o membro da equipa de elite não pode demonstrar características anti-sociais, falta de coragem, paranóia ou mitomania, já que estas características tendem a desmotivar e a repelir os restantes e a criar clivagens no moral e problemas de comunicação.

Pela positiva, chegou-se à conclusão de que os membros individuais do grupo deveriam possuir uma quantidade significativa de características e experiências comuns. Além disso, um carácter aberto e afável, aliado a uma força mental capaz de resistir bem às adversidades é fundamental, já que este tipo de indivíduo tem o efeito benéfico de inspirar os outros à sua volta que, por sua vez, tentarão comportar-se à sua altura, imitando o seu comportamento. Outro factor que se descobriu ser relevante é a origem social (supostamente uma origem social comum implica a existência de uma "linguagem" comum sobre a vida e as experiências). Finalmente, um elevado grau de disciplina do tipo da caserna (alojamento limpo e arrumado, higiene pessoal, prontidão) parece também exprimir-se numa boa atitude de combate.

Nada de maçãs podres

Tudo o que vimos até agora pode resumir-se numa só ideia: nada de "maçãs podres". O treino, os padrões de exigência, as dificuldades, etc., têm como consequência prática que quem não se adapta bem ao grupo não tem hipótese de chegar ao fim e fazer parte da equipa de elite. Maturidade, entrega, autodomínio, capacidade de sofrimento, vontade e persistência são características inerentes ao elemento de elite e tudo o que vimos até agora é concebido precisamente para refinar estas características naqueles que as possuem e excluir sem apelo nem agravo aqueles que se revelarem incapazes de as desenvolver.

Todos os número anteriores do Boletim Evoliano encontram-se disponíveis on-line gratuitamente em www.boletimevoliano.pt.vu. Os interessados em obter cópias em formato papel devem contactar a Legião Vertical através do seguinte endereço de correio electrónico: legiaovertical@gmail.com



A Legião também precisa de ti!

www.legiaovertical.blogspot.com